



Fundo de Eficiência Energética

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

Aviso 22 – Eficiência Energética na Indústria, Agricultura, Floresta e Pesca

Em caso de dúvidas/esclarecimentos, não hesite em contactar-nos:
Alípio Oliveira (Dr.) – alipio.oliveira@fortis.pt
Alcina Sousa (Dr.ª) – alcina.sousa@fortis.pt
Teresa Costa (Dr.ª) – teresa.costa@fortis.pt

Período de Candidatura

De 27 de dezembro de 2016 a **27 de abril de 2017**.

Objetivos

Promover o apoio a projetos que conduzam ao aumento da eficiência energética por via da implementação de medidas tangíveis de eficiência energética através de:

- investimentos destinados a melhorar o desempenho energético das instalações;
- substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes;
- implementação de dispositivos de controlo e atuação que permitam otimizar as condições de uso e consumo de energia;
- reformulação e integração de processos.

No seu conjunto, os investimentos devem apresentar um período de retorno simples inferior a 7 anos.

Âmbito Territorial

Território continental e regiões autónomas.

Beneficiários

Podem apresentar candidaturas todas as entidades que não estejam abrangidas pelo regime do comércio europeu de licenças de emissão (CELE), e enquadradas nas seguintes tipologias de beneficiário:

- **«Beneficiário A»:** Operadores de instalações do setor da agricultura, floresta e pescas, com código CAE compreendido entre o 01 a 03;
- **«Beneficiário B»:** Operadores de instalações industriais (código CAE 05 a 33) cujo consumo energético, no ano civil anterior, tenha sido inferior a 500 tep/ano, incluindo instalações com atividades nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais;
- **«Beneficiário C»:** Operadores de instalações a cumprir as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).

Condições de Elegibilidade do Projeto

São elegíveis os investimentos iniciados a partir de 20 de fevereiro.

Os projetos devem estar integralmente executados até 30 de junho de 2018.

Incentivo

O financiamento dos projetos assume a forma de subsídio não reembolsável.

A comparticipação, por candidatura, de despesas do FEE é de 30% das despesas totais elegíveis, até ao limite máximo de € 80.000,00 (oitenta mil euros).

Não dispensa a consulta da legislação e Aviso de candidatura
<http://www.pnaee.pt/aviso-fee/aviso-22>